

Eleições gerais, uma vez mais

A política brasileira está sempre dando voltas e caindo novamente na necessidade de eleições gerais em 89. A emenda do deputado Heráclito Fortes, apresentada há meses, ainda oferece uma perspectiva de entendimento caso o Presidente da República reconheça a validade de um gesto político de extrema significação para o reencontro das instituições: propor um projeto ao Congresso marcando eleições simultâneas para todos os cargos eletivos. Trata-se de uma última saída para o impasse institucional que poderá decorrer do mau uso do atributo constituinte, associado ao esfacelamento dos partidos, com a conseqüente retomada do caudilhismo e do populismo.

E lógico que o presidente Sarney vem obtendo êxitos administrativos e restaura a dignidade do cargo, com a aplicação de uma severa norma de autoridade a quem se indispõe contra as diretrizes do Governo, pertencendo à própria hierarquia governamental. A regra é preservar a todo custo a unidade governamental e a coesão interna.

Mostrando tal exigibilidade de disciplina, o Governo recobra credibilidade. O ministro Mailson da Nóbrega já poderá viajar brevemente aos Estados Unidos sem maiores sobressaltos, e mais tarde à França, para se reconciliar com o Clube de Paris, e ao Japão, para se candidatar aos recursos no Plano Nakasone. Há terreno propício para a restauração dos níveis de respeitabilidade da proposta governamental, abalada durante as gestões Funaro e Bresser.

O fato, porém, é que na área política o Governo não poderá granjear credibilidade, face a um calendário eleitoral apertado, que começa a esvaziar a Constituinte, com o poder de sedução de uma campanha próxima. Tudo ficará em suspenso, atrasando-se a nova Constituição, e as imprescindíveis leis complementares e ordinárias. A eleição se dará sob a égide de uma Constituição baixada pela Junta Militar de 69. A classe política festejará a liberdade de uma eleição municipal sob uma capa institucional remanescente do autoritarismo.

Uma eleição geral em 89 corrigiria de uma só vez todas as mazelas que ainda se atrelam à transição, numa perigosa olimpíada de suspicácias. Eleição solteira, em 88, não é tão perigosa como a eleição solteira de 89, em que um Presidente da República será eleito para governar *pari passu* com um Congresso hostil, e que nenhum compromisso sustenta face à nova situação. Uma eleição geral, no entanto, convidaria toda a sociedade para uma reflexão em bloco. O deputado Heráclito Fortes deu sua contribuição ao processo, e espera um dia ser entendido. Quando não seja tarde demais. O episódio do presidente Jânio Quadros ainda é uma danosa referência para ser preterida em nome de uma geração que não se desfez ainda dos ritos da incoerência, nem mesmo sabendo obrar uma Constituição, quando os constituintes de 46 a produziram em sete meses.

LEONARDO MOTA NETO